



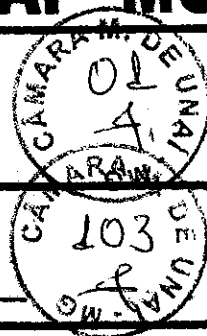
# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

## PROCESSO LEGISLATIVO

DATA:

10 / MAIO

12018



MATÉRIA:

MENSAGEM Nº 82/2018

AUTOR:

PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

VERSÃO:

ENCAMINHA DILIGÊNCIA SOBRE A EMENDA PARLAMENTAR  
QUE ESPECIFICA.

MATÉRIA ENCAMINHADA ÀS SEGUINTE COMISSÕES:

1. FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E...

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ PRAZO DO RELATOR \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ PRAZO DE PRORROGAÇÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ DILIGÊNCIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

2.

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ PRAZO DO RELATOR \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ PRAZO DE PRORROGAÇÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ DILIGÊNCIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

3.

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ PRAZO DO RELATOR \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ PRAZO DE PRORROGAÇÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ DILIGÊNCIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

4.

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ PRAZO DO RELATOR \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ PRAZO DE PRORROGAÇÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ DILIGÊNCIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

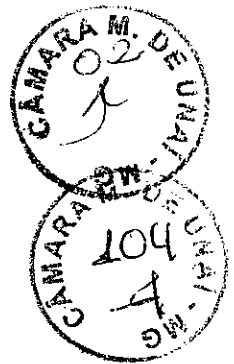
PRAZOS MÁXIMOS:

COMISSÃO 1 \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ COMISSÃO 2 \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ COMISSÃO 3 \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ COMISSÃO 4 \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



# PREFEITURA DE UNAÍ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG  
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES

☒ Recebido ☐ Numere-se ☒ Publique-se

MENSAGEM N.º 82, DE 19 DE ABRIL DE 2018.

Unai-MG, 10/ maio/20 18

PRESIDENTE

Encaminha diligência sobre a Emenda Parlamentar que especifica.

### EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ – ESTADO DE MINAS GERAIS.

1. Com as expressões mais cordiais do meu apreço, sirvo-me da presente para encaminhar a Vossa Excelência e, por vosso intermédio, à deliberação de seus pares, nos termos do artigo 215 A da Emenda à Lei Orgânica nº 36, de 25 de abril de 2017, as razões que impossibilitam a execução da Emenda Parlamentar Individual nº 64/2018, proposta pelo vereador Ilton Campos, constante do Apêndice D da Lei Orçamentária Anual de 2018.
2. Conforme se verifica no processo nº 01378/2018, cuja cópia integral segue anexo, a Secretaria Municipal da Agricultura e Serviços Rurais, manifestou-se favoravelmente à Execução da Emenda (fls.55/56).
3. Contudo, o parecer jurídico concluiu haver impedimento de ordem técnica para a celebração da parceria (fls. 59/60).
4. Assim, solicitamos manifestação expressa dos nobres parlamentares, a respeito das considerações contidas no documento mencionado e no parecer jurídico sobre esta Emenda.
5. São essas, senhor Presidente, as razões que nos motivam a submeter à apreciação dessa Laboriosa Casa a presente Mensagem, com o intuito de que a mesma seja deliberada nos termos da Emenda à Lei Orgânica nº 36 de 25 de abril de 2017.
6. Sendo o que se apresenta para o momento, despeço-me, reiterando a Vossa Excelência e aos demais parlamentares elevados votos de estima, consideração e apreço.

Unai, 19 de abril de 2018, 74º da Instalação do Município.

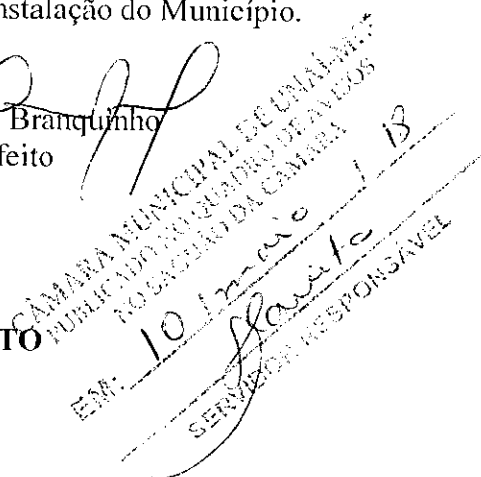
José Gomes Branquinho  
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor

**Vereador OLÍMPIO ANTUNES RIBEIRO NETO**

Presidente da Câmara Municipal de Unai

Nesta





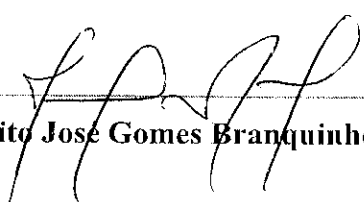
**Câmara Municipal de Unai - MG**  
**Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**



### RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento:	Tipo de Proposição:
<b><u>P 2 5 6 5 0 2 1 5 7 7 / 2 4 1 5 6</u></b>	<b>MS - Mensagem</b>
Autor:	Data de Envio:
<b>Prefeito José Gomes Branquinho</b>	<b>19/04/2018 15:11:13</b>
Descrição:	
<b>MENSAGEM Nº 82, DE 19 DE ABRIL DE 2018, QUE ENCAMINHA DILIGÊNCIA SOBRE A EMENDA PARLAMENTAR QUE ESPECIFICA.</b>	

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
\_\_\_\_\_  
**Prefeito José Gomes Branquinho**



# Prefeitura Municipal de Unai - MG

Estado de Minas Gerais



PROCESSO Nº 01378/2018

Abertura:

26/01/2018

## SOLICITACAO (FAZ)

Protocolo

Solicitante: ASSOC. DOS PEQ. PRODUTORES RURAIS DA FAZ. LANDIM

Código:

CGC/CPF: 08309457000194

RG:

Endereço: FAZENDA ILHA OU ALEGRE, LANDIM, nm, 38.510-000, UNAI - MG

Telefone:

Email:

Origem:

DIVISAO DE PROTOCOLO E COMUNICACAO

REF A DOCUMENTACAO NECESSARIA A CELEBRACAO DA PARCERIA DE REPASSE DE RECURSOS DECORRENTE DE EMENDA PARLAMENTAR.

MARCELO BRUNO FARIAS

DIVISAO DE PROTOCOLO E COMUNICACAO

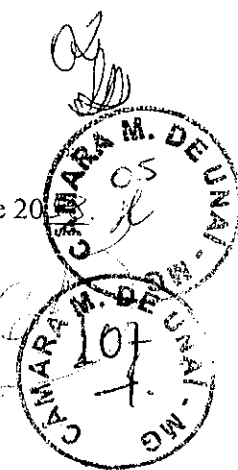
## MOVIMENTACAO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
01 CIP	26.01.18	13	
02 SEGOV	16.03.18	14	
03 PROJUR	21.03.18	15	
04 SEGOV	17.04.18	16	
05		17	
06		18	
07		19	
08		20	
09		21	
10		22	
11		23	
12		24	

## MODELO DE OFÍCIO

Unai-MG, 26 de janeiro de 2018

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**JOSÉ GOMES BRANQUINHO**  
Prefeito de Unai-MG



Senhor Prefeito,

A entidade Associação Faz Bem inscrita no CNPJ sob o nº 08.309.457/0001-94 vem respeitosamente encaminhar a documentação necessária à celebração da Parceria de repasse de recursos decorrente de Emenda Parlamentar.

### IDENTIFICAÇÃO

Emenda nº: 37 Valor: R\$ 5.000,00  
(conforme Apêndice D da Lei Municipal nº 3.130/2017 - LOA 2018, disponível em:  
[http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai\\_arquivos/orcamento2018/loa2018\\_prefeitura\\_unai.pdf](http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai_arquivos/orcamento2018/loa2018_prefeitura_unai.pdf))

Objeto do gasto: Reforma e ampliação de sua sede

Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações adicionais.

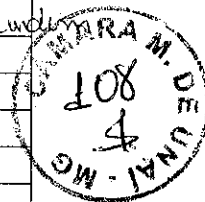
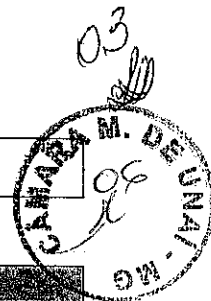
Atenciosamente,

Maíra Proença dos Reis  
Nome do representante da Entidade  
Nome da Entidade

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA  
**Nota:** A Lei Municipal nº 3.130/2017 - Lei Orçamentária Anual 2018 encontra-se publicada no site oficial da Prefeitura. E a relação das Emendas Parlamentares com a identificação das Entidades Beneficiadas encontra-se disponível no link:  
[http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai\\_arquivos/orcamento2018/emendas\\_parlamentares\\_orcamento2018\\_unai.pdf](http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai_arquivos/orcamento2018/emendas_parlamentares_orcamento2018_unai.pdf)

LANDIN

## PLANO DE TRABALHO - ACORDO DE COOPERAÇÃO



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE		
Nome da Entidade: Associação dos Pequenos Prod. Rurais Fazlândia		
C.N.P.J.: 08.303.457/0001-94		
Endereço: Fazenda Bandeira		
E-mail:		
Município: Unai	U.F.: MG	C.E.P.: 38.610-000
DDD/Tel. Fixo: (38) 3676 3641	DDD/Tel. Cel.: (38) 9984 98984	
Nome do Responsável: Mário Procópio dos Santos		
C.P.F.: 291.666.836-53		
Endereço: Rua Domênigos Pinto Buchardo N.º 211		
Cargo: Presidente	Função:	
Conta Corrente:	Banco:	Agência:

2. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO CONCEDENTE		
Nome do Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI		
C.N.P.J.: 18.125.161/0001-77		
Endereço: Praça JK s/n – Palácio Capim Branco		
Município: Unai	U.F.: MG	C.E.P.: 38.610-000
DDD/Tel. Fixo: 38 3677 9610	DDD/Tel. Cel.:	

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE/AÇÃO	
Título do Projeto/Atividade/Ação:	
Período de Execução	
Início: 02/05/18	Término: 06/09/18
Identificação do Objeto	
Reforma e ampliação da sede da Associação	

4. JUSTIFICATIVA
A atual sede possui apenas um cômodo pequeno com paredes sem reboco, porta e janelas em mal estado de conservação. Não possui banheiro nem água encanada.

\*Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.

04

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO						
Metas	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Início	Término
			Unid.	Qtde.		
1		Pesquisa preços			26/01	02/05/18
2		Aquisição			02/05	12/05/18
3		Início obras			12/05	27/05/18
4		Finalização			28/05	30/06/18
5		Prestação contas			30/06	06/09/18

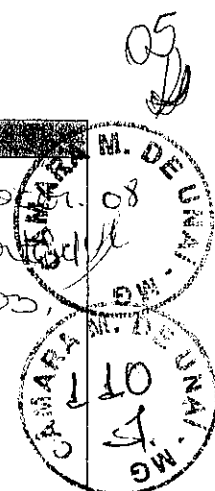
\* Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados.

6. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E CUMPRIMENTO DAS METAS
<p>Efetuar pesquisa de preços: material e mão de obra.</p> <p>Apresentação aos associados do Plano de trabalho, verificar possibilidade da execução dos serviços no modo medição.</p> <p>Tentar minimizar os custos da mão de obra possibilitando a ampliação da verba! etc.</p>

\* Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas.

## 7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

A reforma possibilitará que os reunidos o-  
ram em um ambiente adequado e confortável.  
Propiciará a integração dos associados,  
familiares e comunidade em geral.  
As etapas não documentadas serão  
fotografadas.



\*Definição dos parâmetros (indicadores de resultados) a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

## 8. AUTENTICAÇÃO

Unai-MG, 26 / 01 / 18

*Maio Prouza Reis*  
Assinatura e Nome do Representante Legal

## 9. AVALIAÇÃO

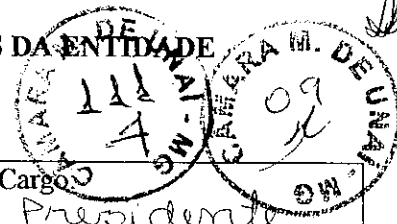
O presente Plano de Trabalho, após análise, demonstrou consonância com os requisitos da Lei nº 13.019/2014. Dessa forma, coloco-me FAVORÁVEL aos procedimentos legais para a celebração da Parceria.

Unai-MG, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Gestor da Parceria



RELACÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE



Nome completo: Mário Procópio dos Santos		Cargo: Presidente
RG: m.2941698	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 291.666.836-53
Endereço: R. Domingos Pinto Prochado N.º 211 (Cavesp)		

Nome completo: Anaíva Rodrigues Martins		Cargo: Vice Presidente
RG: 10.36187	Órgão expedidor: SSP/DF	CPF: 626.043.476-53
Endereço: Fazenda Bandim		

Nome completo: Pedro Lucas Procópio de Brito		Cargo: 1.º Secretário
RG:	Órgão expedidor:	CPF: 027.695.45132
Endereço: Fazenda Bandim		

Nome completo: Edina Zulmira dos Santos		Cargo: 2.º Secretário
RG: 3625851	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 572.964.216-49
Endereço: Rua João Durã N.º 201. Bairro Stabuzia		

Nome completo: Matheus Wagner Procópio Brito		Cargo: 1.º Tesoureiro
RG: 2.769582	Órgão expedidor: SSP/DF	CPF: 027.695.441.60
Endereço: Fazenda Bandim		

Nome completo: Ebraim Procópio dos Santos		Cargo: 2.º Tesoureiro
RG: 102.036.8-0	Órgão expedidor: SSP/AM	CPF: 401.226.976-34
Endereço: Fazenda Bandim - Ilha ou Alegre		

Unai, 26 de janeiro de 2018.

*Mário Procópio dos Santos*  
(assinatura do dirigente)

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE



Nome completo: Luciano Martins de Sousa		Cargo: cons. Fiscal
RG: 3323-7	Órgão expedidor: OAB/DF	CPF: 943.982.40692
Endereço: Fazenda Bandim		

Nome completo: Vicente Paulo Nicolau		Cargo: cons Fiscal
RG: MG 16.023.750	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 565.024.006.04
Endereço: Fazenda Bandim		

Nome completo: Marziano Procópio dos Santos		Cargo: cons. Fiscal
RG: 2620470	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 302.726.676.15
Endereço: Fazenda Bandim - Ilha ou Pique		

Nome completo: maria buiza dos santos		Cargo: cons. Fiscal (sup)
RG: 1052497	Órgão expedidor: SSP/DF	CPF: 470.442.506.10
Endereço: Fazenda Bandim		

Nome completo: Búcio de Souza Bandim		Cargo: cons Fiscal (sup)
RG: 15.647.459	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 087.698.726.94
Endereço: Fazenda Bandim		

Nome completo: Jozule Ferreira da Mota		Cargo: cons Fiscal (sup)
RG: 19158727	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 128.854.566.55
Endereço: Fazenda Bandim		

Unai, 26 de janeiro de 2018.

*Marziano Procópio dos Santos*  
(assinatura do dirigente)

## DECLARAÇÃO



Eu, Márcio Procópio dos Santos,  
(nome completo do dirigente da organização da sociedade civil)

brasileiro(a), portador(a) do RG nº M 2941698 e do CPF nº 291.666.836-53, na  
qualidade de dirigente do(a) Associação dos Pequenos Produtores Rurais,  
(nome da organização da sociedade civil) da Fazenda Bandeira  
CNPJ nº 08.309.457/0001-94 DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade  
civil: a) não está inadimplente com prestação de contas relativas a parcerias anteriormente  
celebradas; b) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; c)  
não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de  
Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos; d) não se  
encontra submetida aos efeitos das sanções de: suspensão de participação em licitação e  
impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou  
contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento  
público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração  
pública direta e indireta do Município de Unai; ou declaração de inidoneidade para participar de  
chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas  
de governo, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de  
parceria.

Unai, 26 de junho de 2018.

Márcio Procópio dos Santos  
(assinatura do dirigente)

## DECLARAÇÃO



Eu, Mário Procopio dos Santos,  
(nome completo do dirigente da organização da sociedade civil)

brasileiro(a), portador(a) do RG nº M. 2.341.698 e do CPF nº 291.666.836-53, na

qualidade de dirigente do(a) Assoc. dos Pequenos Prod. Rurais da Faz. Bandeira,  
(nome da organização da sociedade civil)

CNPJ nº 08.309.457/0001-94, DECLARO, sob as penas da lei, que, dentre os dirigentes da organização da sociedade civil e seus cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não há membro de Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unaí.

Unaí, 26 de junho de 2018.

Mário Procopio dos Santos  
(assinatura do dirigente)

## DECLARAÇÃO



Eu, Mário Procópio dos Santos,  
(nome completo do dirigente da organização da sociedade civil)

brasileiro(a), portador(a) do RG nº M. 2.941.698 e do CPF nº 291.666.836-53, na  
qualidade de dirigente do(a) Assoc Pequenos Prod. Rurais da Faz. Bandelin,  
(nome da organização da sociedade civil)

CNPJ nº 08.309.457/0001-94, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

Unai, 26 de janeiro de 2018.

Mário Procópio dos Santos  
(assinatura do dirigente)

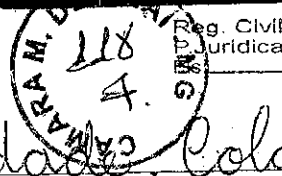


*Alencar*

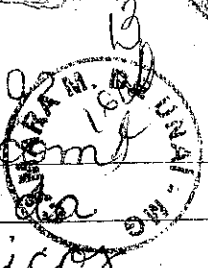


Ata de fundação, eleição e posse da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Landim. Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e seis, com início às treze horas, na residência do Sr. Fernando de Souza, na Fazenda Ilha ou Alegre (Landim), Município de Unai realizou-se uma Assembleia Geral Ordinária, com o objetivo de fundar uma Associação Comunitária, eleger uma diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, para o mandato do biênio de julho de dois mil e seis a julho de dois mil e oito. A Assembleia Geral foi presidida pela Assistente Social Serrina Alda de Aguiar, técnica da Assessoria de Gestão Participativa, esta iniciou com a leitura de um modelo do Estatuto Social, foi lido artigo por artigo, debatido e aprovado item por item, após a aprovação do Estatuto Social que ficou com a seguinte redação: ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIM CAPÍTULO 1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS Art. 1º A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIM, constituída em 16 de Julho de 2006, com registro em cartório em *(espaço inutilizável)* sob o nº *(espaço inutilizável)* livro A *(espaço inutilizável)* Fl: *(espaço inutilizável)* é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social e sócio-educativo, que terá duração por tempo indeterminado, com sede na fazenda Landim, no Município de Unai - Estado de Minas Gerais e foro na Comarca de Unai - M.G. Parágrafo Único: A ASSOCIAÇÃO

terá sua abrangência toda estendida  
dos limites da Fazenda Gandim. Art. 2º  
A ASSOCIAÇÃO tem por finalidades: Pro-  
teção da saúde da família, da ma-  
ternidade, da infância e da velhice;  
Desenvolver a Agropecuária, Agro-  
indústria, horticultura, Caprinocul-  
tura, Suinocultura, Avicultura, Pis-  
cicultura, Minhocultura, Capicultura,  
e Suinocultura, digo, Apicultura  
da Comunidade; Congregar esforços  
com órgãos e pessoas interessadas  
em melhorar as condições de vida  
e sanear eventuais problemas da  
comunidade, visando o bem-estar  
social; Incentivar a realização de  
cursos voltados para a comunidade;  
Implantar e ampliar meios de Co-  
municação na comunidade; Combate  
à fome, a pobreza com distribuição  
de cestas básicas e outras campa-  
nhas e projetos; Divulgação da  
cultura e do esporte; Campanhas  
de proteção e preservação ao meio  
ambiente e saneamento básico; Ser-  
vir de elo entre as autoridades cons-  
tituídas, da União, do Estado e do  
Município, para reivindicar melhorias  
para a comunidade; Participar de  
eventos, reuniões, campanhas em  
prol do desenvolvimento social da  
comunidade e do município; Desen-  
volver o espírito associativista  
da comunidade; Estimular a



*Meu*



liderança da comunidade. Colaborar na elaboração de programas. Participar na análise e interpretação dos dados básicos para identificação das necessidades da comunidade. Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da comunidade, através da integração de seus moradores; Participar na elaboração e discussões de projetos habitacionais. Parágrafo Único: A ASSOCIAÇÃO poderá assinar convênios com União, Estado, Município, Empresas e Instituições, que vise o desenvolvimento da mesma, das pessoas, e famílias da Comunidade, ou servir de interveniente para atender outras comunidades dentro do município de Unai-MG. Art. 3º: A ASSOCIAÇÃO, terá um regimento interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento. Art. 5º: A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno. CAPÍTULO II DOS SÓCIOS. Art. 6º A ASSOCIAÇÃO é constituída por números ilimitados de sócios, distribuídos nas seguintes categorias, sendo eles moradores da Fazenda Bandim e pessoas idôneas que deverão estar interessadas no progresso da comunidade que desejam contribuir para consecução dos objetivos da associação cujos



DE UNAI - MO  
1196  
4

14  
M. DE UNAI  
17

nomes deverão ser aprovados pela diretoria. Fundador: Os que assinarem a ata de fundação. Benemérito: aqueles aos quais a assembleia geral conferir esta distinção espontaneamente ou por proposta da diretoria em virtude dos relevantes serviços prestados à associação. Honorário: Aquelles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços por notoriedade à associação, por proposta da diretoria à assembleia geral. Contribuinte: Aquelle que contribuir mensalmente com a ASSOCIAÇÃO no valor específico estipulação, digo, estipulado pela Diretoria e aprovado pela Assembleia Geral para manutenção da mesma. Parágrafo Primeiro: O registro dos sócios será feito em livro próprio. Parágrafo Segundo: Serão admitidos como sócios, as pessoas moradoras da Fazenda Bandim que estejam dispostas ao trabalho comunitário e que estiverem de acordo com as disposições deste estatuto, regimento, ou regulamentos. Art 7º São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais: I - Votar e ser votado para os cargos eletivos; II - Tomar parte nas assembleias gerais; III - Receber benefícios dos quais fo-

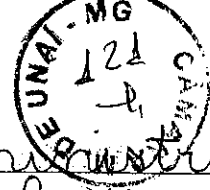
UNAI 120 4. 1948

FIS.

003.15

Associação

rem negociados pela Associação.  
Apresentar projetos, planos de sugestão à Diretoria. Parágrafo Único: Os associados beneméritos e honorários não terão direito a voto e nem poderão ser votados.  
Art 8º - São deveres dos sócios: I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais.  
II. Acatar as determinações da Diretoria.  
III. Participar e fiscalizar todos os trabalhos da Diretoria, digão, da Associação.  
IV. Divulgar a Associação; V. Participar das reuniões, e justificar as possíveis faltas; VI. Contribuir mensalmente com a Associação dentro de suas possibilidades para a manutenção da Associação. Parágrafo Único: havendo justa causa o associado poderá ser demitido ou excluído da associação por decisão da diretoria. Após o exercício do direito de defesa da decisão caberá recurso à Assembleia Geral.  
Art 9º - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Associação. Parágrafo Primeiro: Os sócios estão sujeitos às seguintes penalidades: Advertência verbal, advertência escrita, suspensão, exclusão do quadro dos sócios. Parágrafo Segundo: As penalidades a que se refere o parágrafo primeiro serão impostas pela Diretoria, cabendo aos sócios recursos para a Assembleia Geral convocada para este fim.  
CAPÍTULO III. DA ADMINISTRAÇÃO Art



16

10º - A ASSOCIAÇÃO será administrada por: I - Assembléia Geral. II - Diretoria executiva. III - Conselho Fiscal.

Art 11º - A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários.

Art 12º - Compete à Assembléia Geral:

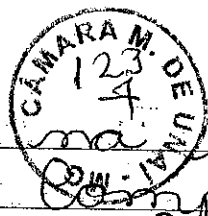
- I - Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal.
- II - Decidir sobre reformas do Estatuto.
- III - Decidir sobre a conveniência de alienar, transferir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais da Associação.
- IV - Decidir sobre a extinção da entidade nos termos do artigo 32.
- V - Aprovar o Regimento Interno.
- VI - Destituir os diretores.
- VII - Decidir sobre assuntos inerentes ao funcionamento, comportamento dos sócios, quando for necessária a convocação da mesma para decidir sobre o assunto.

- VIII - Apreciar recurso contra decisões da diretoria.
- IX - Conceder título de associado Benemérito e honorário.
- X - Aprovar as contas.

Art 13º - A Assembléia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para: I - Apreciar o relatório anual da Diretoria; II - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art 14º - Assembléia Geral realizar-se-á, extraordi-

variavelmente, quando convocada: I. Pela  
Diretoria; II. Pelo Conselho Fiscal. II. Pelo  
requerimento de no mínimo  $\frac{2}{3}$  dos  
cios quites com as obrigações sociais. Art.  
15º. A convocação da Assembleia Geral  
será feita por meio de edital afixado  
na sede da Associação, ou publicado  
na imprensa local, por circulares ou  
outros meios convenientes, com anteceden-  
cia mínima de 08 dias. Parágrafo Único:  
Qualquer Assembleia instalar-se-á em  
primeira convocação com a maioria dos  
• cios e, em segunda convocação, 30  
minutos após a hora estipulada no  
edital, com qualquer número de pre-  
sentes. Art. 16º. A Diretoria será consti-  
tuída por um Presidente, um Vice-Pre-  
sidente, Primeiro e Segundo Secretários,  
Primeiro e Segundo Tesoureiros. Pará-  
grafo Único: Os demais cargos de Di-  
retor de Esportes, Diretor Social, entre  
outros serão escolhidos pela diretoria  
• executiva e aprovados em Assembleia  
Geral. I. O mandato da Diretoria se-  
rá de 2 anos, sendo vedada a re-  
eleição consecutiva. Art. 17º. Compete à  
Diretoria: I. Elaborar e executar progra-  
ma anual de atividades; II. Elaborar  
e apresentar, à Assembleia Geral, o re-  
latorio anual; III. Entroar-se com  
instituições públicas e privadas pa-  
ra mútua colaboração em ativida-  
des de interesse comum. IV. Contratar  
e demitir funcionários; V. Elaborar



planos de atividades  
Associação Comunitária VI - Compete  
a Diretoria Executiva, na Associação  
Comunitária, digo, a nomear  
quantos diretores forem necessários  
para ocupar cargos nas demais  
diretorias criadas com aprovação  
da Assembléia, aplicando-se aos  
indicados aos cargos o que de-  
terminar em Regimento Interno.

Art 18º A Diretoria reunir-se-á

no mínimo uma vez por mês. Art

19º Compete ao Presidente: I - Represen-  
tar a ASSOCIAÇÃO, judicial e extraor-  
dinariamente, digo, extraordinariamente;

II - Cumprir e fazer cumprir este Esta-  
tuto e o Regimento Interno. III - Pre-

sidir a Assembléia Geral. IV - Convo-  
car e presidir as reuniões da

Diretoria; V - Assinar convênios. Art

20º Compete ao Vice-presidente: I - Subs-

tituir o Presidente em suas faltas

ou impedimentos; II - Assumir o

mandato, em caso de vacância

até o seu término; III - Prestar de

modo geral a sua colaboração ao

Presidente. Art 21º Compete ao Prime-

iro Secretário: I - Secretariar as

reuniões da Diretoria e Assembléia

Geral e redigir as atas; II - Publicar

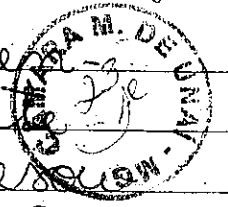
todas as notícias das atividades

da entidade; Art 22º Compete ao

Segundo Secretário: I - Substituir o

Primeiro Secretário; II - Assumir o

mandato, em caso de vacância,  
o seu término; III. Prestar, de modo  
geral, a sua colaboração ao Primeiro  
Secretário Art 23º. Compete ao Primeiro  
Tesoureiro: I. Arrecadar e contabilizar  
as contribuições dos associados, rendas,  
auxílios e donativos, mantendo em  
dia a escrituração; II. Pagar as con-  
tas autorizadas pelo Presidente; III. A-  
presentar relatórios de receita e despe-  
sas, sempre que forem solicitados; IV.  
Apresentar o relatório financeiro para  
ser submetido à Assembleia Geral;  
V. Apresentar semestralmente o balan-  
cete ao Conselho Fiscal; VI. Conservar  
sob sua guarda e responsabilidade  
os documentos relativos à tesouraria;  
VII. Manter todo o numerário em es-  
tabelecimento de crédito. Art 24º. Compete  
ao Segundo Tesoureiro: I. Substituir o  
Primeiro tesoureiro em suas faltas ou  
impedimentos; II. Assumir o mandato,  
em caso de vacância, até o seu tér-  
mino; III. Prestar, de modo geral, a sua  
colaboração ao Primeiro tesoureiro. Art  
25º. O Conselho Fiscal será constituído  
por 3 membros efetivos e seus respec-  
tivos suplentes, eleitos pela Assembleia  
Geral. § 1º. O mandato do Conselho Fis-  
cal será coincidente com o mandato  
da Diretoria. § 2º. Em caso de vacância,  
o mandato será assumido pelo res-  
pectivo suplente, até o término. Art 26º.  
Compete ao Conselho Fiscal: I. Examinar



20

os livros de escrituração da entidade; II- Examinar o balanço semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito; III- Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados; IV- Opinar sobre a aquisição e alienação de bens. Parágrafo Único: O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 3 meses e, extraordinariamente, sempre que necessário. Art 27º: As atividades dos diretores e conselheiros ou instituidores, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. Art 28º: A Associação não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. Art 29º: A associação se manterá através de contribuições dos associados e de outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional, serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos da Associação, no território Nacional. CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO Art 30º: O patrimônio da ASSOCIAÇÃO, será constituído de bens móveis, imó-

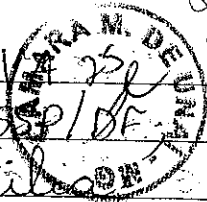
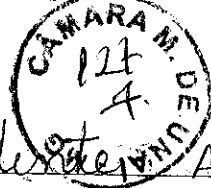


126 4  
CAMARA M. DE UNAI  
00621  
00621  
00621

Veis, veículos, semoventes, subvenções pública e privadas, recursos oriundos, digo, oriundos de contribuições e apólices de dívida pública.

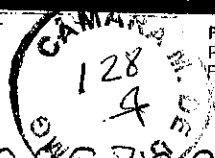
Parágrafo único: A ASSOCIAÇÃO se manterá das contribuições e mensalidades dos sócios. Art. 31º. No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada nos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social e outras entidades públicas. CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 32º. A ASSOCIAÇÃO, será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades. Art. 33º. O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em assembléia geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório. Art. 34º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral. Art. 35º. Fica eleito o fórum da comarca de Unai-MG. para dirimir qualquer dúvida ou questões oriundas deste estatuto. Unai-MG, 16 de Julho de 2006. No segundo momento foi realizada a eleição para Diretoria Executiva, sendo esta eleita por Unanimidade e por aclamação, ficando eleitos os



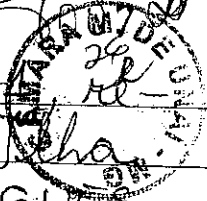
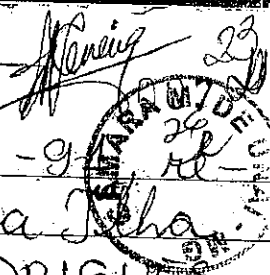


23

seguintes membros: Presidente: ANA RODRIGUES MARTINS, viúva, RG 1036187 SSP/DF, CPF 626.041.476-53, residente e domiciliada na fazenda Ilha ou Alegre (Bandim), Vice-Presidente: MARZANO PROCOPIO DOS SANTOS, casado, RGM 2.629.470 SSP/MG, CPF 301.726.676-15, residente e domiciliado na fazenda Ilha ou Alegre (Bandim); 1ª Secretária: GISLANE COIMBRA DE ANDRADE FRANÇA, casada, RG 1723526 SSP/DF, CPF 829.827.289.411-49, residente e domiciliada na fazenda Ilha ou Alegre (Bandim); 2ª Secretária: EDNA ZULMIRA DOS SANTOS, desquitada, RG 3625851 SSP/MG, CPF 572.964.216-49, residente e domiciliada na fazenda Ilha ou Alegre (Bandim); 1ª Tesoureira: MARIA APARECIDA COIMBRA SOUZA, casada, RG 9163593 SSP/DF, CPF 02.877.346-42, residente e domiciliada na fazenda Ilha ou Alegre (Bandim); 2ª Tesoureira: MARIA LUIZA DOS SANTOS, desquitada, RG 1052497 SSP/DF, CPF 470.442.506-10, residente e domiciliada na fazenda Ilha ou Alegre (Bandim); em seguida realizou-se a eleição do Conselho Fiscal, a votação foi por aclamação e sendo eleitos por unanimidade, ficando com a seguinte composição na Titularidade: MARIO PROCOPIO DOS SANTOS, casado, RGM 2.941.698 SSP/MG, CPF 291.666.836-53, residente e domiciliado na fazenda Ilha ou Alegre (Bandim); JOSÉ CANDIDO DE OLIVEIRA, casado;



Reg. Civil  
P. Jurídica  
Fis.



RG 029.129 SSP/DF, CPF 066.709.386-9, residente e domiciliado na fazenda Ilha ou Alegre (Coandim); MANOEL RODRIGUES DA SILVA, RG 1044396-84 SSP/MG, CPF 234.509.406.00, residente e domiciliado na fazenda Ilha ou Alegre (Coandim). Para Suplência: WELLINGTON RODRIGUES BARBOSA, amasiado, RG 474467 SSP/DF, CPF 303702566-20, residente e domiciliado na fazenda Ilha ou Alegre (Coandim), ENEUDIA DA SILVA SANTOS, casada, RG 2621485 SSP/MG, CPF 058943146-34, residente e domiciliada na fazenda Ilha ou Alegre (Coandim), ODILON LOURENÇO DE OLIVEIRA, amasiado, RG 11.431.384 SSP/MG, CPF 047967716-62, residente e domiciliado na fazenda Ilha ou Alegre (Coandim). Em seguida foi dada posse para os membros da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Houve um momento de agradecimentos e a presidenta eleita pediu que fosse definido o valor da mensalidade para os sócios, após várias discussões, digo, discussões, a Assembleia Geral pediu, digo, decidiu um valor de R\$ 2,00 (dois reais). Nada mais havendo a tratar a presidenta encerrou a presente Assembleia e eu, GISLANE COIMBRA DE ANDRADE FRANÇA, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim

CAMARA M. DE UNAI. MG  
129  
4

CAMARA M. DE UNAI. MG  
27

e por todos os presentes,  
Aureliano Mendes Ribeiro, Mario Aparecido Souza,  
Agmilson Barboza das Santos, Daiane Coimbra de Souza,  
Fernanda de Souza, Joao Carlos de Almeida, Glauce  
Lopes Pereira, Antônio Lopes Siqueira, Harainea  
Rodrigues Martins, Manoel Rodrigues de Silva,  
(Gleaurina Martins Coimbra) etc  
Candido de (Cláudio) Mario Zilda e de  
Acelo, Antônia Pereira de Lima, G/O F,  
Arrieto Pinto, Wilson Gouveia de Almeida,  
Gazilda Ribeiro dos Santos,  
(Saudio Pereira de Castro), Wellington  
Rodrigues de F. Galisto, Rodrigo Borges  
Maria Nazare Coimbra de Andrade,  
Jpui Tyndro Coimbra, Rodrigo Coimbra de Sousa,  
Maria Jose de Castro Coimbra, Ruyza Santos,  
Ronaldo Coimbra, Francisco Coimbra de Silva, Aida dos Santos,  
maria Gromilma Coimbra, Efraim Santos,  
Valdirio Pereira da Silva, Edina Santos,  
Lecio Wagner Carlos de Brito, Claudiano F  
dos Santos, Enéida Pereira da Silva Santos, Mar  
Zeno Procopio Santos, Francisco Jose de Sousa  
Alvaro Procopio dos Santos, Gilson Coimbra de Andrade,  
Lianca, Gede Coimbra de Andrade, Anely Leir da Silva,  
Bernadete de Souza, Dorivalina Dias Pereira, Luiz  
Coimbras de Andrade, Sebastião Gonçalves Lima

30

Atestamos a veracidade das assinaturas e rubricas

em 10 de maio de 1997, às 14h30min, no

## CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Unai-MG

CNPJ: 09.038.982/0001-85

Rua Canabrava, 328 - Centro - CEP: 38610-000 - Fone: (38)3676-9637

Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira -

Recibo número 000038948Registro Número: 814

Recebi de ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA  
LANDIM a importância de R\$ 155,68 referente ao pagamento de custas e emolumentos  
conforme discriminado abaixo:

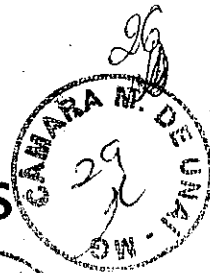
Valores			Parcela				Total
Código	Ato	Qtd.	Emolumentos	TFJ	Recompe	Despesas	
8101-8	Arquivamento	3	16,26	5,40	0,96	0,00	22,62
6101-0	Averbação p/ integrar reg sem valor	1	90,87	32,75	5,45	0,00	129,07
6201-8	Certificado apresentação registro	1	2,86	0,96	0,17	0,00	3,99
Total			109,99	39,11	6,58	0,00	155,68

Unai, 25 de janeiro de 2018

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES  
RURAIS DA FAZENDA LANDIM  
CNPJ: 08.309.457/0001-94**



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Diretoria da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Landim, através do seu presidente Matheus Wagner Procópio de Brito, cumprindo as normas estatutárias, convoca todos os associados em pleno gozo dos seus direitos e deveres, de votar e ser votado para participar da Assembleia geral Ordinária a ser realizada.

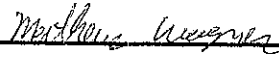
Dia: 20/05/2017

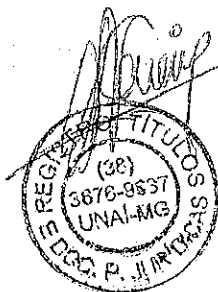
Local: Sede da Associação

Horário: 18h00 horas primeira convocação e 19:00 horas segunda convocação

**Eleição e posse da nova Diretoria e  
Conselho Fiscal para o biênio 2017/2019  
Ou Dissolução da Associação.**

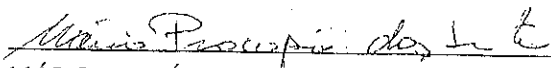
Unai, - MG, 20 de abril de 2017.

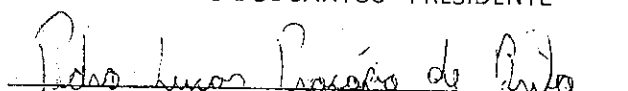
  
\_\_\_\_\_  
**Matheus Wagner Procópio De Brito**  
Presidente da Associação

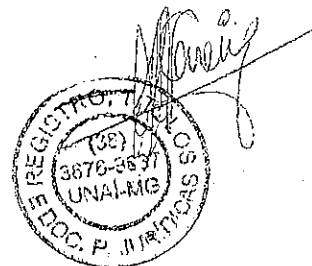


ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIM.

Ata da Assembleia Geral da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Landim realizada no dia 20 de maio de 2017. Foi aberta a reunião colocando para os presentes na Assembleia o desejo de continuação ou encerramento da Associação, por unanimidade foi decidido a continuidade após ponderações de alguns sócios das dificuldades principalmente quanto à disponibilidade e dedicação de tempo. Como registrado na ata anterior sem atuação da tesouraria na gestão 2015/2017 a Prestação de Contas ficou a seguinte: R\$ 1.284,05 repassando da gestão anterior menos as seguintes despesas: R\$ 130,38 referente a despesas de cartório e R\$ 341,95 referente despesas da Cemig, fornecimentos de energia para a sede da Associação do período de FEV/2015 a MAIO/2017, apresentando o valor em caixa no valor de R\$ 811,72 (oitocentos e onze reais e setenta e dois centavos). Na impossibilidade da informação concreta e correta das mensalidades de cada sócio, a Assembleia decidiu em receber R\$50,00 (cinquenta reais) principalmente dos membros da nova diretoria, correspondendo a 25 mensalidades, referente ao período MAIO/2015 a Maio/2017, o novo tesoureiro se comprometeu com o apoio do vice-tesoureiro a apresentar uma nova planilha com os débitos anteriores, digo candidatos, lembrando que este pagamento não quita débitos anteriores a abril de 2015. Passando para o assunto principal desta Assembleia o Edital de Convocação, após a leitura do Edital, e dificuldade em composição da nova direção da Associação, foi bastante discutido engrandecendo a nossa reunião, ficou composta a seguinte diretoria: Presidente: Mário Procópio dos Santos CPF 291.666.836-53; Vice-presidente: Anaíva Rodrigues Martins CPF 626.041.476-53; 1º secretário: Pedro Lucas Procópio de Brito CPF 027.695.451-32; 2º secretário: Edina Zulmira dos Santos CPF 572.964.216-49; 1º tesoureiro: Matheus Wagner Procópio de Brito CPF 027.695.441-60 2º tesoureiro: Ebraim Procópio dos Santos CPF 401.226.976-34; Conselho fiscal efetivo: Luciano Martins de Sousa CPF 943.982.406-92; Vicente Paulo Nicolau CPF 565.024.006-04; Marzono Procópio dos Santos CPF 301.726.676-15; Suplentes: Maria Luíza dos Santos CPF 470.442.506-10; Lúcio de Sousa Landim CPF 087.698.726-94; e Josiele Ferreira da Mota CPF 128.854.566-55. A Chapa acima descrita foi eleita por aclamação e unanimidade por todos os presentes nesta Assembleia. A Diretoria executiva e Conselho Fiscal foram empossados para cumprirem o mandato para o biênio de 2017/2019 que iniciará em 20 de maio de 2017. Ficou decidido que na próxima reunião, prevista para o dia 24/06/2017, será feita a apresentação de contas pela Comissão do Trator e demais assuntos que se fizerem necessários. O presidente em exercício e o presidente eleito agradeceram a todos e deu por encerrada a presente Assembleia, nada mais a tratar eu Ebraim Procópio dos Santos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos associados presentes: Mário Procópio dos Santos; Anaíva Rodrigues Martins; Pedro Lucas Procópio de Brito; Edina Zulmira dos Santos; Matheus Wagner Procópio de Brito; Ebraim Procópio dos Santos; Luciano Martins de Sousa; Vicente Paulo Nicolau; Marzono Procópio dos Santos; Maria Luíza dos Santos; Lúcio de Sousa Landim; Josiele Ferreira da Mota; Manoel Rodrigues da Silva. A presente ata encontra-se lavrada no livro de atas nº 01, folhas 41 e 42, com assinatura de todos os presentes. Unai-MG 20 de Maio de 2017.

  
MÁRIO PROCÓPIO DOS SANTOS - PRESIDENTE

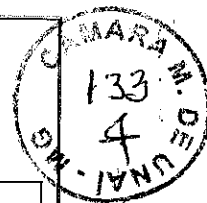
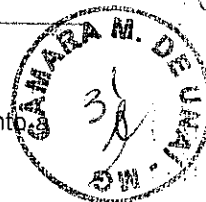
  
PEDRO LUCAS PROCÓPIO DE BRITO - 1º SECRETARIO



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.309.457/0001-94 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIM		DATA DE ABERTURA 30/08/2006	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO FAZ LANDIM		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 38.610-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO UNAI	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (38) 3676-3588	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/08/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 26/01/2018 às 09:53:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

29



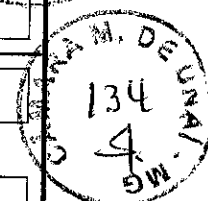
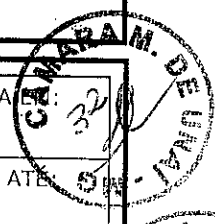
## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 26/01/2018

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 26/04/2018



NOME: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN

CNPJ/CPF: 08.309.457/0001-94

LOGRADOURO: fazenda Landim

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: zona rural

CEP: 38610000

DISTRITO/POVOADO: --

MUNICÍPIO: UNAI

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

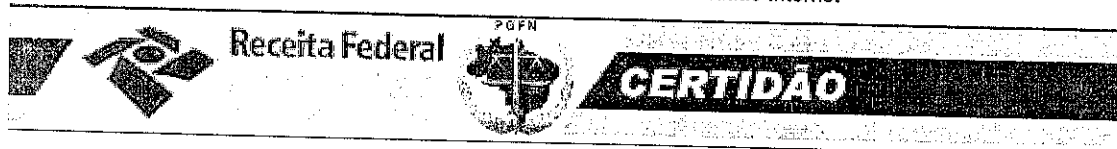
NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>  
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2018000249872777





## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União



### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 08.309.457/0001-94 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#). Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).



[Nova Consulta](#)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTA

Nome: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 08.309.457/0001-94  
Certidão n°: 143744157/2018  
Expedição: 26/01/2018, às 09:58:19  
Validade: 24/07/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 08.309.457/0001-94, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

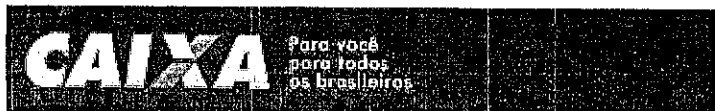
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



[A CAIXA](#) | [REDE DE ATENDIMENTO](#) | [OUVIDORIA](#) | [DOWNLOAD](#) | [MAPA DO SITE](#) | [SEGURANÇA](#) | [IMPRENSA](#) | [Navegue pela CAIXA](#)



Produtos e Serviços

Ajuda

[Home](#) | [SERVIÇOS AO CIDADÃO](#) | [FGTS Empresa](#) | [Consulta Regularidade do Empregador](#) | [Situação de Regularidade do Empregador](#)

## :: Situação de Regularidade do Empregador

Inscrição (CNPJ ou CEI): 08309457/0001-94

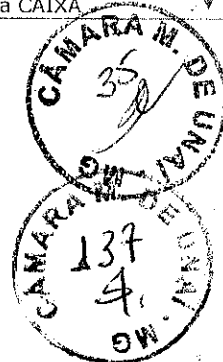
Empregador não cadastrado.

Para cadastrá-lo dirija-se a uma das **Agências da CAIXA** munido dos documentos de constituição da empresa.



Dúvidas mais Frequentes

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)





# Prefeitura Municipal de Unai

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE RECEITAS



## CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico que revendo os arquivos deste Departamento de Receitas, verifiquei não constar em nome de ASSOC. DOS PEQ. PRODUTORES RURAIS DA FAZ. LANDIM, inscrito(a) no CNPJ/CNPJ nº 08.309.457/0001-94, residente à FAZENDA ILHA OU ALEGRE, , LANDIM Bairro: ZONA RURAL UNAI-MG CEP.: 38.610-000, créditos tributários vencidos ou que já tenham sido objeto de execuções fiscais.

### IMÓVEIS E/ OU MOBILIÁRIOS ASSOCIADOS AO CONTRIBUINTE

Objeto	Inscrição	

Ressalva-se, à Fazenda Pública Municipal, o direito de, a qualquer tempo, constituir créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido anteriormente à expedição desta certidão.

Certidão válida até: 26-04-2018

Unai, 26-01-2018

Responsável Legal

Vanderley Francisco da Costa  
Auxiliar Administrativo  
MAT: 01637-3  
Divisão de Dívida Ativa



*Ao controle Interno,*

*Senhora Controladora, para análise e procedimentos legais.*

*Unai, 26/01/2018*

---

**Waldir Wilson Novais Pinto Filho**  
Secretaria Municipal de Governo



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

## EMENDA N.º 64

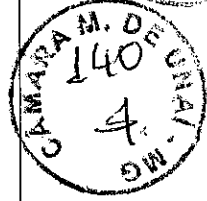
Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	09	02	20	122	2750	0018	4.4.50.42.00	5.000,00	1236
Total									5.000,00	-
Cancelamento Compensatório	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	5.000,00	188
Total									5.000,00	-
Objeto do Gasto	Auxílio à entidade Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Landim, CNPJ 08.309.457/0001-94, a fim de que esta entidade possa adquirir materiais permanentes e equipamentos.									

## EMENDA N.º 65

Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	09	02	20	122	2750	0018	4.4.50.42.00	8.068,04	1236
Total									-	-
Cancelamento Compensatório	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	8.068,04	188
Total									-	-
Objeto do Gasto	Auxílio à Associação Comunitária Condomínio Park Areia, a fim de que esta entidade possa construir um cômodo para o médico do Município atender à comunidade local.									





# MUNICÍPIO DE UNAÍ

Controladoria Interna e de Transparência Pública



PARECER Nº 052 / 2018

PROCESSO Nº: 01378 / 2018 de 26 de janeiro de 2018

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIM

ASSUNTO: Termo de Parceria - Emenda Parlamentar nº 64 - no valor de R\$ 5.000,00

OBJETO DA EMENDA: Auxílio à entidade Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Landim, CNPJ 08.309.457/0001-94, a fim de que esta entidade possa adquirir materiais permanentes e equipamentos.

## PARECER

Trata-se de apresentação de proposta para a celebração da Parceria de repasse de recursos decorrente de Emenda Parlamentar.

A princípio, vale dizer que o repasse de recursos financeiros decorrente de Emenda Parlamentar à entidade beneficiada acima identificada enquadra-se ao que dispõe o art. 29 da Lei nº 13.019/2014 - Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que diz: "Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público". (grifos nossos)

Atestamos a existência de crédito orçamentário para a execução do objeto dessa parceria, conforme Lei nº 3.128, de 11 de dezembro de 2017. Os valores previstos serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho a ser aprovado. A saber:

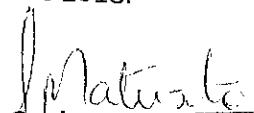
Descrição - Entidade	Dotação orçamentária	Ficha	Valor R\$
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Landim	02 09 02 20 122 2750 0018 4.4.S0.42.00	1236	5.000,00

Atestamos ainda que, a entidade acima identificada está **REGULAR** em relação a prestações de contas decorrentes de repasses de recursos anteriores, realizados pelo município à entidade.

Encaminhamos os autos à **Secretaria Municipal da Agricultura e Serviços Rurais**, responsável pela gestão da parceria, para análise e acompanhamento do processo. Caso conclua pela possibilidade de celebração da parceria, o gestor deve acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, conforme dispõe o art. 61 da Lei 13.019/2014.

É o parecer.

Unaí/MG., 31 de janeiro de 2018.

  
Lilian Cunha Rissi Matusita

Controladora Interna e de Transparência Pública



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**



Arquivo digital para  
preenchimento, disponível no  
Temporário – Controle Interno  
– Comissão de Seleção –  
Checklist.

**RELATÓRIO**  
**COMISSÃO DE SELEÇÃO**  
(Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 2º, X; art. 27, § 1º)

IDENTIFICAÇÃO	
Processo nº: 01378/2018	
Nome da organização: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIM	
CNPJ: 08.309.457.0001-94	Data Criação: 30/08/2006
Endereço: Fazenda Ilha ou Alegre, Landim, S/N – Zona Rural	
Município: Unaí - MG	CEP: 38.610-000
Telefones:	
Objeto da parceria: Auxílio para reforma e ampliação da sede da Associação.	
Valor total da parceria: R\$ 5.000,00	

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Organização da Sociedade Civil apresentou:

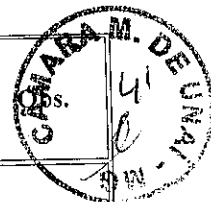
Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	Obs.
1	Cópia do estatuto registrado e suas eventuais alterações, constando expressamente:		X		
	- objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; (*)		X		
	- a previsão de que, em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; (*)		X		
	- a previsão de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;		X		





**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	
2	Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando sua existência de 1 (um) ano, no mínimo;	X			
3	Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, registrada em cartório;	X			
4	Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND Federal);	X			
5	Certidão negativa de débitos trabalhistas;	X			
6	Certidão negativa de débitos estaduais;	X			
7	Certidão negativa de débitos tributários emitida pelo Município de Unai;	X			
8	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;		X		
9	Comprovante de funcionamento no endereço por ela declarado;		X		
10	Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;	X			
11	Atestado de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;		X		
12	Declaração de que, dentre seus dirigentes e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não há membro de Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unai;	X			





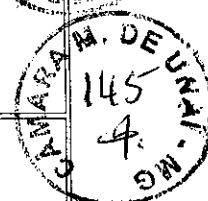
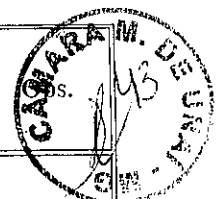
**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	
13	Declaração de que: a) não está inadimplente com prestação de contas relativas a parcerias anteriormente celebradas; b) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; c) não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos oito anos; d) não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Unaí; ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parceria;	X			
14	Declaração de que não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.	X			
15	Declaração de que não contratará nem remunerará servidor ou empregado público, a qualquer título, com os recursos repassados;		X		
16	Declaração de que possui instalações e condições materiais adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;		X		
17	Declaração com os dados da conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, na qual serão depositados os recursos públicos decorrentes da parceria;		X		
18	Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;		X		



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	
19	Comprovação de que está inserido no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, quando a parceria envolver política de assistência social;			X	
20	Inscrição no Conselho Municipal pertinente à sua área de atuação, caso exigido pelo respectivo conselho de política pública;		X		
21	Plano de trabalho, nos termos da lei.	X			X



**CONCLUSÃO I**

Em relação aos documentos exigidos no edital de convocação, a Organização da Sociedade Civil apresentou todos os documentos necessários:

( ) Sim, devendo o processo ser encaminhado ao Técnico da área para emissão de Parecer.

(X) Não, devendo apresentar os seguintes documentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

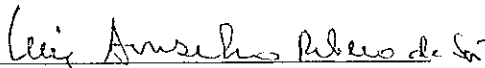
**Item 1** – Não foi anexado o Estatuto.

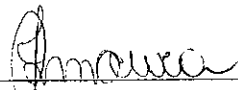
**Itens 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18 e 20** - Não estão anexados os documentos pedidos (FGTS fornecido pela CEF; Comprovante de funcionamento no endereço por ela declarado; Atestado de capacidade técnica e operacional; Declaração de que não contratará nem remunerará servidor ou empregado público, a qualquer título, com os recursos repassados; Declaração de que possui instalações e condições materiais adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas; Declaração com os dados da conta corrente específica em instituição financeira pública; Comprovação de experiência prévia na realização com efetividade; Inscrição no Conselho Municipal pertinente).


**Item 21** – O Plano de Trabalho não está assinado pelo gestor da parceria.

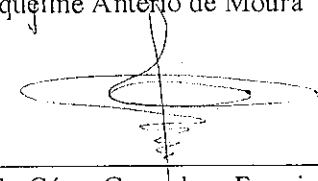
**É o Parecer da Comissão de Seleção.**

Unaí-MG, 27 de fevereiro de 2018.

  
Luiz Anselmo Ribeiro de Sá

  
Jaqueline Antério de Moura

  
Jaqueline Luiz Xavier

  
Paulo César Gonçalves Ferreira



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**



Unai-MG, 28 de fevereiro de 2018

Processo: 01378/2018

Prezado Senhor,  
**Mario Procopio dos Santos**  
Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Landim



Em relação aos documentos necessários à celebração da Emenda Parlamentar nº 64 à Organização Sociedade Civil, após análise da Comissão de Seleção, restam pendentes os seguintes documentos:

1) Não Constam anexados o itens 1, 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18 e 20:

- Cópia do estatuto registrado e suas eventuais alterações. *não*
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal; *OK*
- Comprovante de funcionamento no endereço por ela declarado; *OK*
- Atestado de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas; *OK*
- Declaração de que não contratará nem remunerará servidor ou empregado público, a qualquer título, com os recursos repassados; *OK*
- Declaração de que possui instalações e condições materiais adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas; *OK*
- Declaração com os dados da conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, na qual serão depositados os recursos públicos decorrentes da parceria; *não*
- Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; *não*
- Inscrição no Conselho Municipal pertinente à sua área de atuação, caso exigido pelo respectivo conselho de política pública. *OK*

Devendo apresentar a documentação pendente no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da ciência da pendência.

Na resposta deve constar o numero do processo.

Jose Iomar Pereira dos Santos  
Secretário Municipal de Agricultura  
e Serviços Rurais

*Mario Procopio Santos*

*07/03/18*

*10:17*



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais**



**TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS**

De ordem, juntei os documentos que passam a constituir as folhas 43 a 54 dos autos do **Processo nº 1378/2018** - Complementação de documentação referente ao Edital de Convocação de Entidades contempladas com recursos oriundos de **Emenda Parlamentar**. Do que, para constar, lavrei o presente termo.

Unaí/MG 13 de março de 2018.

**Jaqueline Luiz Xavier**  
Serviços Gerais III  
Mat.: 106703

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE UNAÍ MG CMDRS




## DECLARAÇÃO

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE UNAÍ – MG – CMDRS, declara para os devidos fins que a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIM CNPJ: 08.309.457/0001-94 , está em pleno funcionamento, com a documentação atualizada e é inscrita no CMDRS, sendo participante assídua das reuniões ordinárias mensais do Conselho.

Por ser verdade assino a presente declaração,

Unaí, 09 de março de 2018.

  
MANOEL JOSÉ DE FARIA  
PRESIDENTE DO CMDRS

44  
②

**ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIM**  
**CNPJ: 08.309.457/0001-94**

OF: 01/2018

DE ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIM

PARA: SECRETARIA DE AGRICULTURA

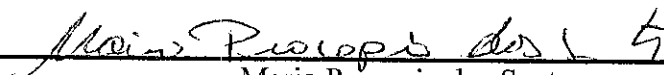


A Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Landim inscrito no CNPJ: 08.309.457/0001-94, representada pelo seu representante legal a Sr. Mario Procopio dos Santos, vem através deste apresentar justificativa referente ao processo: 01378/2018 ofício do dia 28/02/2018, onde solicita adequar o estatuto da associação de acordo com a lei federal de nº13.019/2014, informamos que precisamos de tempo para fazer essa inclusão dessas cláusulas no estatuto da associação, pois precisamos fazer uma assembleia com quórum para fazer essa mudança a qual esta sendo exigida. Gostaríamos que continuasse com o processo e iremos fazer a assembleia e incluir as mudanças exigidas que atendam a lei federal nº 13.019/2014, o mais breve possível.

Sem mais para o momento e certo que seremos atendidos, Antecipamos Agradecimentos

Unai-MG 09 de março de 2018.

Atenciosamente;

  
\_\_\_\_\_  
Mario Procopio dos Santos

Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Landim

41  
4

**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA  
FAZENDA LANDIN**

CNPJ 08.309.457/0001-94 SEDE FAZENDA LANDIN-UNAÍ/MG

Ofício nº 005/2018

**SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

Unai(MG), 12 de março de 2018.

Ao Senhor .

JOSE IOMAR PEREIRA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Agricultura e Serviços Rurais.

Cumprimentando-os cordialmente venho através deste solicitar a Vossa Senhoria a prorrogação do prazo a regularização e entrega de documentos referentes ao processo nº01378/2018, sendo que dentro do período de 5 dias, não é possível efetuar possível alteração:

Pois não constam os itens 1,8,9,11,15,16,17,18 e 20:

– Atestado de Capacidade Técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;

–Comprovação de experiência previa na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

–Inscrição no Conselho Municipal pertinente à sua área de atuação caso exigido pelo respectivo conselho de Política Pública.

Sendo que já está sendo tomada às medidas necessárias para serem entregues o quanto antes os documentos pendentes, para que prossiga o andamento legal do projeto.

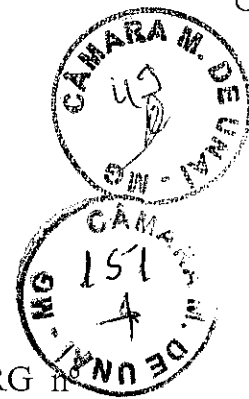
Certos de que podemos contar com a contribuição desta conceituada comissão antecipo agradecimentos.

*Mario Procopio dos Santos*  
Mario Procopio dos Santos

Presidente



## DECLARAÇÃO



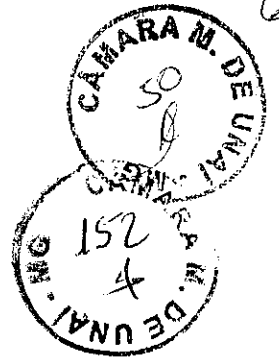
Eu, **MARIO PROCOPIO DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº M.2.941.698 e do CPF: nº 291.666.836-53, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN**, CNPJ sob o nº. 08.309.457/0001-94, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não tem, entre seus dirigentes, pessoas:

- a) não está inadimplente com prestação de contas relativas a parcerias anteriores celebradas;
- b) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos;
- c) não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;
- d) não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidades para licitar ou contratar com administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Unaí, ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parceria.

Unaí, 09 de Março de 2018

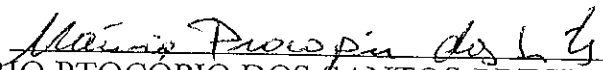
  
MÁRIO PROCOPIO DOS SANTOS

## DECLARAÇÃO



Eu, **MARIO PROCOPIO DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº M.2.941.698 e do CPF: nº 291.666.836-53, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN**, CNPJ sob o nº. **08.309.457/0001-94**, **DECLARO**, sob as penas da lei, que, dentre os dirigentes da organização da sociedade civil que seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não membro de poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unaí.

Unaí, 09 de Março de 2018

  
MÁRIO PROCOPIO DOS SANTOS-PRESIDENTE

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL



Atestamos, para os devidos fins que a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.309.457/0001-94 com sede na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Landim, S/N, Zona Rural, CEP 38.610-000, possui capacidade técnica e operacional para a execução das atividades de associações de defesas de direitos sociais, tendo realizado parceria semelhante neste Município de Unai, no período de 30/08/2006 até a presente data.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Unai, 09 de Março de 2018

  
MÁRIO PROCOPIO DOS SANTOS-PRESIDENTE

CPF: 291.666.836-53

RG:

## DECLARAÇÃO



Eu, **MARIO PROCOPIO DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº M.2.941.698 e do CPF: nº 291.666.836-53, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN**, CNPJ sob o nº. 08.309.457/0001-94, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil possui instalações e condições materiais adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, do Município de Unaí.

Unaí, 09 de Março de 2018

Mário Procopio dos Santos  
MÁRIO PROCOPIO DOS SANTOS-PRESIDENTE

## DECLARAÇÃO



Eu, **MARIO PROCOPIO DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº M.2.941.698 e do CPF: nº 291.666.836-53, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN**, CNPJ sob o nº. 08.309.457/0001-94, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não contratará nem remunerará, a qualquer título, com os recursos repassados, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unai.

Unai, 09 de Março de 2018

  
MÁRIO PROCOPIO DOS SANTOS-PRESIDENTE





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



59

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN  
CNPJ: 08.309.457/0001-94



Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:20:40 do dia 09/03/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/09/2018.

Código de controle da certidão: 432A.93A1.C1ED.D66C

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

53  
A

IMPRIMIR VOLTAS

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 08309457/0001-94**Razão Social:** ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS**Endereço:** FAZ LANDIM / ZONAL RURAL / UNAI / MG / 38610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/03/2018 a 01/04/2018**Certificação Número:** 2018030310085074204428

Informação obtida em 08/03/2018, às 14:49:44.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**







## Câmara Municipal de Unaí – MG



### Certificado de Reconhecimento de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Unaí, Estado de Minas Gerais, Certifica que o Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Latão, por seu presidente representado, foi declarada de Utilidade Pública através da Lei Municipal 2.525, de 5 de dezembro de 2007, cujo Projeto de Lei nº 78/07 que a reconheceu foi subscrito pelo Vereador Crescencio Martins (PR), fazendo parte assim do rol de entidades que contribuem com o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida da população com ações de relevante interesse público.

Unaí - MG, março de 2008

Vereador Crescencio Martins  
Autor

Vereador Juca da Coagril  
Presidente

Vereador Euler Braga  
Primeiro Secretário



# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO



### PARECER TÉCNICO

(Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 35, V)

IDENTIFICAÇÃO		
Processo nº: 01378/2018	Nome da organização: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN	
CNPJ: 08.309.457.0001-94		Data Criação: 01/05/2018
Endereço: FAZENDA LANDIN		
Município: Unaí - MG	CEP: 38.610-000	Telefones: (38)36763641/ 998498984
Objeto: AUXILIO A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN A AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONTRUÇÃO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO		
Valor total da parceria: 5.000,00		Valor da parcela:

"Ao decidir sobre a celebração de parcerias previstas nesta Lei, o administrador público: II avaliará as propostas de parceria com o rigor técnico necessário (art. 8º, Lei 13.019/2014)"

### DOS REQUISITOS

"emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito: (art. 35º, V, Lei 13.019/2014)"

#### a) Mérito da proposta

O município de Unaí no estado de Minas Gerais é um dos maiores produtores de grãos dos pais, e um das maiores bacias leiteiras do Estado. Soma se isso a alta participação da agricultura familiar na produção de hortifrutigranjeiros, o município se destaca como celeiro das gerais. Está consolidado no município mais de 30 assentamentos da reforma agrária e diversas feiras de produtores existentes na cidade, agregando valor de seus produtores e aumentando com isso sua renda familiar e a economia do município. Estas comunidades e assentamentos estão organizados em associações rurais, onde a mesma soa representada e se representa no conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

A região da ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LANDIN tem como mérito de proposta em ampliar a sua sede.

#### b) Identidade e reciprocidade de interesse das partes

E de interesse das partes em desenvolver melhorias de instalação de sua sede para eventuais reuniões e festividades

#### c) Viabilidade de execução

O trabalho é viável pelo fato da comunidade não ter uma sede apropriado para eventuais reuniões e festividades, Facilitando assim em conjunto das famílias a serem beneficiadas.

#### d) Cronograma de desembolso

O cronograma de desembolso apresentado no Plano de trabalho dilui-se no mês de maio e junho, pois e compra de material permanente.



# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO



### e) Fiscalização da execução da parceria e Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação

A fiscalização da parceria ficará a cargo da comissão de monitoramento e avaliação será instituída por decreto municipal, dentro da perspectiva do MROSC deverá estabelecer foco no resultado para além da prestação de contas financeira. Tal fiscalização deverá ser materializada, através de análise de relatórios, entrevistas, visitas in loco, aferição dos índices de atendimento do usuário atendido, bem como da satisfação pública, sendo desenvolvida durante o todo processo de execução

### g) Designação do gestor da parceria

O gesto da parceria, no âmbito da política municipal conforme o decreto municipal: 4779,9 de fevereiro de 2018

### CONSIDERAÇÕES

A proposta de plano de trabalho apresentada e para movimentos e auxílios, O que é abviamente coerente com a proposta de serviço.

### CONCLUSÃO I

Considerando a análise documental: Plano de Trabalho, Estatuto, Certidões, Declarações e outros...

Considerando a visita *in loco*, entrevistas e outros...

( X ) Sim, **Manifesto Favorável** ao estabelecimento da parceria da administração pública municipal, através do Termo de Fomento, **reconhecendo a capacidade técnica operacional da entidade** acima identificada para executar o objeto proposto na parceria;

( ) Não, **Manifesto Desfavorável** ao estabelecimento da parceria, pois a entidade **não preenche os requisitos técnicos necessários**;

( ) Para estabelecimento da parceria, fica a **entidade NOTIFICADA a apresentar** os seguintes documentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

É o Parecer Técnico,

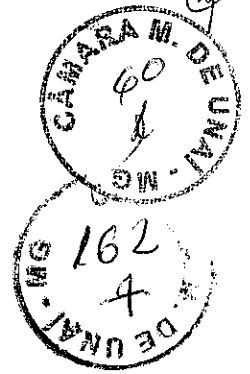
Unaí-MG, 12 de março de 2018.

Bruno Fagner Pereira da Cruz  
Chefe de Divisão

Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais**



Processo: 1378/2018

Solicitante: Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Landim

Acolho Parecer Técnico e encaminhamento para análise e emissão de Parecer Jurídico

Unaí/MG 15 de março de 2018.

**Jose Iomar Pereira dos Santos**  
Secretário Municipal de Agricultura  
e Serviços Rurais



# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO

Processo nº 011378/2018

Solicitante: Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Landim



AO SENHOR  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Trata-se de proposta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Landim, para celebração de parceria envolvendo recursos decorrentes de **emenda parlamentar nº 64** à lei orçamentária anual, a fim de que esta entidade possa adquirir materiais permanentes e equipamentos.

A existência do crédito orçamentário específico foi confirmada pela Controladoria Interna e de Transparência Pública do Município (f.36) que, na ocasião, atestou a regularidade da proponente na prestação de contas da parceria anteriormente celebrada com a Administração Pública.

A Comissão de Seleção, no exercício de suas atribuições, constatou o não preenchimento de requisitos de habilitação exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

Regularmente notificada, a proponente não se desincumbiu do ônus de sanar todos os vícios apontados, razão pela qual há óbice à celebração da parceria.

Com efeito, o art. 26 da Lei Complementar 101/2000 dispõe que *“a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais”*.

Por sua vez, a Lei Municipal nº 3.095/2017, que estabelece as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual do exercício de 2018, prevê que:

Art. 30. Fica permitida a inclusão na LOA e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios, subvenções sociais e contribuições para Organizações da Sociedade Civil – OSC –, desde que autorizada por lei específica que discrimine a tipificação dos serviços e os valores a serem destinados.



# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO



(...) não se questionou a pertinência do repasse a entidades privadas sem fins lucrativos, para a execução e/ou realização de serviço de interesse recíproco via convênio, em regime de mútua cooperação. O que a lei veda é a edificação de obra custeada por recursos públicos em terreno privado, pois a incorporação da obra ao patrimônio do Sindicato caracteriza apropriação de recurso público em benefício de ente privado” (grifo nosso)

(TCU, Segunda Câmara, Acórdão 8298/2017, Relatora ANA ARRAES, data da sessão 05/09/2017)

Como é sabido, a associação é pessoa jurídica de direito privado, criada livremente pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, consoante art. 53 do Código Civil. O art. 54, por sua vez, determina que o estatuto contenha, sob pena de nulidade, as fontes de recursos para sua manutenção. Já a Constituição Federal, em seu art. 5º, estatui que:

XVII - é **plena** a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo **vedada a interferência estatal** em seu funcionamento;

XX - **ninguém** poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

Embora seja indiscutível a importância das associações de pequenos produtores rurais no fortalecimento da agricultura local, nos parece irrazoável, à inteligência das normas *retro*, compelir a Administração a incrementar o patrimônio da associação, cuja criação foi livremente deliberada por seus fundadores.

A reflexão é oportuna, haja vista ser crescente a demanda pela prestação de serviços públicos essenciais (saúde, educação, infraestrutura etc), inversamente proporcional ao incremento das receitas públicas, não nos parecendo razoável o investimento público em patrimônio de pessoa jurídica de direito privado.

A limitação de recursos, aliás, constantemente conduz o administrador às chamadas “*escolhas trágicas*” (GUIDO CALABRESI e PHILIP BOBBITT, “Tragic Choices”, 1978, W. W. Norton & Company): o gestor público deve sopesar, em um processo de **priorização de valores maiores**, o direcionamento dos recursos públicos, sabendo que não serão suficientes para todas as demandas inadiáveis e que algumas destas ficarão descobertas.

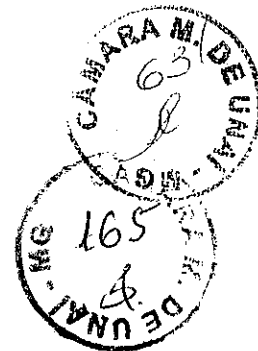
À luz da reflexão proposta, é oportuno considerar que, segundo o art. 162, III, alínea a, da Lei Orgânica, as emendas ao projeto da lei de orçamento anual somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o **plano plurianual**. Logo, entendemos que far-se-ia necessária, *permissa venia*, a demonstração da **compatibilidade** da proposta com a política pública constante do plano plurianual.

Por fim, na hipótese de alteração do objeto do gasto, entendemos ser necessário parecer do órgão responsável por obras e reformas, a fim de se verificar a exequibilidade da proposta, para uma boa e regular aplicação dos recursos públicos, em homenagem aos princípios da eficiência e economicidade (art. 70 da CR/88).



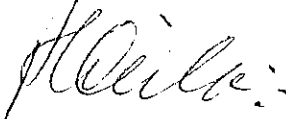
**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Processo número 01378/2018.



Acolhemos o parecer da lavra da Procuradora Jurídica, Dra. Joyce Bazzarella, pelos seus próprios fundamentos.


Unaí-MG, 17 de Abril de 2018.

  
Antônio Lucas da Silva  
Procurador Geral do Município

Acolho o parecer.

À Amaregis, para que dê ciência à Câmara.

Unaí-MG, 17 de Abril de 2018.

  
Waldir Wilson Novais Pinto Filho  
Secretário Municipal de Governo



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



## DISTRIBUIÇÃO DE PROPOSIÇÃO

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 80, inciso III, alínea “m” da Resolução 195, de 25 de novembro de 1992, DISTRIBUI à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas a Mensagem n.º 82/2018 para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

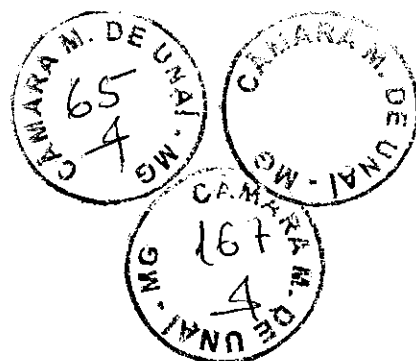
Gabinete da Vice-Presidência, em 10 / 12 / 18

  
VEREADOR PAULO CESAR RODRIGUES  
Vice-Presidente






# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



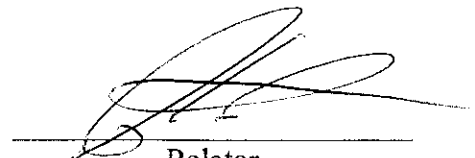
## DESPACHO

O Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e tomada de contas, recebe a Mensagem n.º 82/2018, e no uso da atribuição que lhe confere o artigo 120, inciso VI da Resolução 195, de 25 de novembro de 1992, DESIGNA o Vereador Paulo Cesar relator da matéria, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, em 11/05/18.

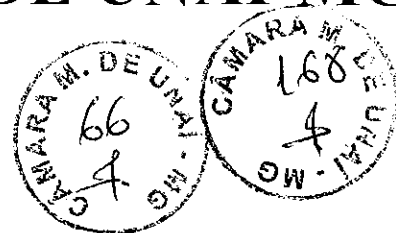
  
Presidente da Comissão.

CIENTE EM: 14/05/2018

  
Relator



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



**PARECER N.º 185 /2018**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

**MENSAGEM N.º 82/2018**

**AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO**

**RELATOR: VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES**

Publicado no Quadro de Aviso  
no Saguão da Câmara.

Em 14 de 05 de 2018

Servidor Responsável

## 1. RELATÓRIO

A Mensagem n.º 82 é de iniciativa do Prefeito de Unai, tem a finalidade de encaminhar diligência sobre Emenda Parlamentar que especifica.

Recebida e publicada no quadro de avisos em 10 de maio de 2018, a Mensagem sob comento foi distribuída a esta Comissão, do qual fui designado Relator da matéria para emitir parecer, nos termos do disposto no parágrafo 2º do artigo 215-A do Regimento Interno.

É o relatório. Passa-se a fundamentação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, "a", da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e crédito adicional, e contas públicas;

(...)

Preliminarmente, antes de adentrar no mérito orçamentário e financeiro da Mensagem sob exame, cumpre esclarecer que, com o advento da Emenda à Lei Orgânica n.º 36/2017, foi inserido no ordenamento jurídico municipal a figura da emenda parlamentar impositiva ao orçamento anual.



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



Como é sabido, o orçamento no Brasil tem caráter autorizativo, o que quer dizer que o gestor não é obrigado a executar toda a despesa autorizada pelo Poder Legislativo. A execução orçamentária é realizada de acordo com a entrada dos recursos e com o interesse público, sendo consideradas algumas prioridades, nos termos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com a aludida emenda parlamentar impositiva, consoante §5º, do artigo 162, da Lei Orgânica Municipal, o senhor Prefeito passou a ser obrigado a executar esta pequena parcela do orçamento, que ficou limitada a 1,2 % (um vírgula dois por cento) da Receita Corrente Líquida-RCL municipal, que totaliza, para o exercício de 2018, R\$ 2.662.454,46 (R\$221.871.204,96(RCL) x 1,2%), devendo metade desse valor, R\$ 1.331.227,23, ser destinado a emendas relativas a ações e serviços públicos de saúde.

Entretanto, não se pode falar em garantia absoluta de execução da emenda parlamentar impositiva, pois, de acordo com o §6º, do artigo 162, da Lei Orgânica local, as programações orçamentárias decorrentes das aludidas emendas impositivas não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica.

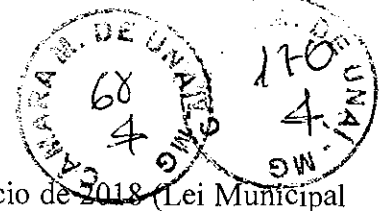
Conforme previsão inserida no artigo 215-A do Regimento Interno desta Casa de Leis, caso haja algum impedimento de ordem técnica na execução das emendas parlamentares impositivas, o senhor Prefeito tem o dever de encaminhar a esta Câmara de Vereadores, na forma de Mensagem, as justificativas acerca do impedimento verificado, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação da lei orçamentária anual, tendo o Poder Legislativo 30 (trinta) dias para analisar e votar a referida Mensagem.

Destarte, considerando que o senhor Prefeito identificou impedimento de ordem técnica na execução da Emenda Impositiva ao Orçamento de n.º 64, o chefe do Poder Executivo encaminhou a Mensagem em tela, que foi distribuída em avulso aos senhores Vereadores e despachada a esta Comissão, para receber parecer em 5 (cinco) dias.

Após essas considerações legais que justificam o encaminhamento da Mensagem sob discussão, passa-se a análise de mérito orçamentário e financeiro.



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



A Emenda n.º 64 da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2018 (Lei Municipal n.º 3.130, de 21/12/2017), de autoria do Vereador Ilton Campos, visa destinar auxílio à Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Landim, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de que esta entidade possa cobrir despesa com aquisição de equipamentos e material permanente.

Em sua justificativa, o senhor Prefeito informa que, conforme a Comunicação Interna (fl.44), a entidade beneficiária do recurso não apresentou a documentação necessária para o credenciamento, no prazo previsto em edital próprio e, apesar de o Parecer Técnico (fl. 58/59) ser favorável ao pedido, o Parecer Jurídico (fls. 61/63) manifestou-se contrário, visto que associação não apresentou a documentação solicitada, o Estatuto não atende aos mandamentos da Lei Federal n.º 13.019/2014 e o objeto de gasto do plano de trabalho (obras) não é compatível com o objeto da emenda (equipamentos e material permanente).

Assim sendo e considerando que a informação foi confirmada com o Nobre Vereador Ilton Campos, este relator considera legítima a justificativa do senhor Prefeito e declara o referido impedimento como insuperável.

Sendo este parecer aprovado pela maioria dos membros desta Comissão, este deve ser remetido ao plenário para deliberação, em turno único, sendo aprovado por maioria simples de votos.

Caso o parecer desta Comissão seja aprovado pelo Plenário desta Casa, aquela deve notificar o autor da emenda para, no prazo de 2 (dois) dias, indicar o remanejamento da programação cujo impedimento foi considerado insuperável.

Após a indicação da nova programação, a matéria deve ser remetida novamente a esta Comissão, para emissão de parecer no prazo de 5 (cinco) dias.

Em seguida, a matéria será encaminhada à decisão plenária, para deliberação em turno único, sendo aprovado por maioria simples de votos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



Após a deliberação plenária, o Presidente da Câmara encaminhará ao Poder Executivo a nova programação indicada.

### 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela aprovação da Mensagem n.º 82/2018.


Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 14 de maio de 2018.

  
**VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES**  
*Relator Designado*

**CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG**  
**SECRETARIA DAS COMISSÕES**  
**DESPACHO**

Aprovado (X) Rejeitado ( ) o voto do relator em  
único turno por (4) votos favoráveis (0) votos  
contrários (0) abstenções (0) ausências.

Sala das Comissões 15/5/18

  
Presidente da Comissão

**CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG**  
**SECRETARIA DAS COMISSÕES**  
**DESPACHO**

Dou por concluso nesta Comissão, nos termos do Art.  
120, XI, da Resolução 195, de 25/11/92, o presente  
processo legislativo. Subam os autos à Mesa Diretora.

Sala das Comissões 15/5/2018

  
PRÉSENTE DA COMISSÃO

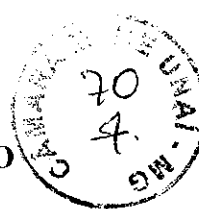


# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Camara Municipal de Unaí - MG

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

## RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO



Código do Documento:

**P 2 9 4 2 3 7 6 3 0 3 / 2 4 3 5 6**

Tipo de Proposição:

**PAR - Parecer - Doc. Assessorio**

Tipo da Matéria-Base:

**Mensagem**

Número da Matéria-Base:

**MS-82/2018**

Autor:

**Comissão de Finanças, Tribut., Orçamento  
e Tomada de Contas**

Data de Envio:

**14/05/2018 12:42:54**

Descrição:

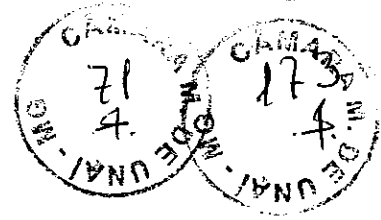
**PARECER DA CFTOTC RELATIVO À MENSAGEM N.º 82/2018**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

**Comissão de Finanças, Tribut., Orçamento e Tomada de Contas**



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



## DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ (MG)

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ, no uso da atribuição que lhe confere a alínea “m” do inciso III do artigo 80 da Resolução 195, de 25 de novembro de 1992, encaminha à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas a Mensagem n.º 82/2018 para que esta notifique o autor da Emenda n.º 64, da Lei n.º 3.130, de 21/12/2017 (lei orçamentária do exercício de 2018), que deverá, no prazo de 2 (dois) dias, indicar o remanejamento da programação cujo impedimento foi considerado insuperável.

Gabinete da Presidência, em 16/5/2018.

  
VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES